

## **A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: um estudo de caso das mangabeiras em Japaratuba/SE**

Handresha da Rocha Santos<sup>1</sup>  
Sandra Andrea Souza Rodrigues<sup>2</sup>  
José Eloízio da Costa<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo geral, analisar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, e o cooperativismo como forma de organização social e produtiva na agricultura. Diante do objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma revisão teórica bibliográfica em artigos, livros e textos complementares e um estudo de caso realizando trabalho de campo com entrevistas. Quanto aos resultados é pertinente afirmar que, a principal característica das cooperativas é oferecer aos seus participantes melhores condições econômicas e sociais. Por tanto, a atuação das cooperativas elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo assegurando o discurso da melhoria na condição de vida, para promover a permanência dos produtores nas regiões rurais por meio de políticas públicas e evitar o esvaziamento rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Políticas Públicas

### **A importância da implantação das políticas públicas e do cooperativismo para o desenvolvimento rural**

Na contemporaneidade, a aplicação das políticas públicas no campo tem introduzido inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva, isso gerou melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de melhoria para a população rural, onde por meio do cooperativismo tem encontrado uma base para seu desenvolvimento. Este vem, proporcionando a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico possibilitando um grande crescimento na economia gerada pela produção, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: handresharocha@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: sandreasilva@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

socioeconômico do país. A cooperação agrícola é um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas como o alcance dos mercados institucionais pelos agricultores familiares.

O fomento ao cooperativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

Hoje o cooperativismo é um dos setores em que há uma grande participação no meio rural, isso ocorre pelo fato das pessoas se organizar em busca de criar novas formas de produzir e consumir, agregar valor ao produto, fortalecendo o desenvolvimento. De acordo com Ploeg (2008, p.372):

As associações e cooperativas estabelecem ligações entre a população agrícola e rural bem como formas organizacionais que estabelecem esforços em ultrapassar a crise agrícola. Assim essas práticas estabeleceram ligações e um novo padrão de instituições, as quais visam uma melhora radical nas relações entre os agricultores e o estado. De modo que ocorrem novas formas de auto regulação local e a aplicação de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Grisa (2009) afirma que os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Programas de política pública de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exige a compra direta por parte dos estados e municípios de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O surgimento do programa é da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação nas escolas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio do Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos Federal, estadual e municipal (BRASIL/FNDE, 2011).

A partir de junho de 2009, a Lei no 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado a alimentação escolar brasileira deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além de favorecer a articulação entre produção e consumo, o controle dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e a inserção do consumo de produtos tradicionais de cada região.

O PNAE tem contribuído não apenas para superação da pobreza mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural sustentável. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

A lei deixa claro o incentivo dado à produção da agricultura familiar e a prioridades às comunidades indígenas e quilombolas. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização. No Brasil, o Nordeste é a região que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos

indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GUANZIROLI et. al., 2001). É importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao dizer que é também no Nordeste

“onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001, pág. 38).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que a alternativa de superar tal desafio, aparece na economia solidária, isto é, outro modo de produção, cujos princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, reunindo todos que produzem em uma única classe de trabalhadores possuidores iguais de capital, seja em cooperativas ou sociedades econômicas

A economia solidária, desse modo, representa a modificação das relações de trabalho e consumo no âmbito coletivo, proporcionando a manutenção de postos de trabalho, inibindo a falência de empresas, a exclusão de trabalhadores e as condições precárias de trabalho. Fundamenta-se na empresa comunitária, na agricultura familiar e em cooperativas, todos balizados na autogestão

O modelo agrícola industrial exigiu da agricultura familiar, a disponibilidade de capital, para que pudesse ser produtiva e se inserir dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este modelo foi sem dúvida um grande problema, ao modo que muitos dos agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando em grande parte ao êxodo rural. Desde os anos 90 os governos lançam algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passando a privilegiar a chamada agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.

Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Apesar da crise agrária que pega de forma mais significativa os pequenos agricultores descapitalizados, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que colabora para a permanência no espaço rural.

De acordo com o Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo usado como forma de introduzir inovações responsáveis

pela diversificação social e produtiva gerando melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado uma base para seu desenvolvimento na criação dos padrões cooperativistas.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais têm possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O fomento ao cooperativismo e ao associativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

### **Associativismo em Japaratuba-Se: a casa da mangaba**

Sergipe é considerado o maior produtor de mangaba do Brasil, com produção girando em torno de 4,5 mil toneladas ao ano. A preservação da mangabeira nativa e o plantio comercial são as únicas maneiras de garantir a permanência em Sergipe. Porque, ao preservar a espécie nativa, garante a biodiversidade da região, agrega valor econômico ao produzir em grande escala a mangaba e mostra a viabilidade financeira. Porém, as mangabeiras vêm sendo extintas, planta endêmica da restinga, vem sofrendo com a expansão desordenada dos empreendimentos imobiliários.

Muitas mulheres dependem desse fruto para reprodução social, o extrativismo da mangaba da coleta a comercialização é realizado predominantemente pelas mulheres, esse trabalho é visto como complementar mesmo constituindo parcela importante da renda familiar, por meio da venda direta do fruto in natura, ou por meio da agregação de valor, fabricando bolos, doces, licor, cocada, biscoito entre outros. Devido a necessidade de preservação instrumentos legais em vigência protegem a reprodução social dessas mulheres, com destaque

para a Lei Estadual no 288/2010 (reconhece todas as catadoras de mangaba de Sergipe como grupo culturalmente diferenciado) e o Decreto Federal no. 4887 de 20 de novembro de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), não têm sido suficientes para diminuir o desmatamento das mangabeiras nativas.

Dessa forma, as mulheres rurais do povoado porteiras distante 20 km da sede do município de Japarutuba no estado de Sergipe a partir de uma reunião decidiram adotar a prática da cooperação agrícola um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas, tais como: o baixo desenvolvimento e a dependência que acompanham pequenas comunidades, agregação de valor a mangaba in natura e a preservação ambiental da localidade.

**Figura 1: Casa da Mangaba –Sede**



Fonte: Trabalho de campo,2017.

**Estrutura Interna-Casa da manga**

**Figura2: Registros dos cursos, feiras, eventos, exposições**



Fonte: Trabalho de campo,2017.

A Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiras, em Japarutuba, surgiu com 24 mulheres as mesmas permanecem a frente do projeto, foi financiada pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Grande parte das vendas são destinadas ao PNAE, para as prefeituras os produtos fabricados são: bolos (mangaba, banana, cascão, milho, mel), biscoitos, geleia, balas (mangaba, banana), bombom de mangaba, trufas de mangaba, licor (genipapo e mangaba) e tartalete. Esses são vendidos para a prefeitura Municipal de Japarutuba e também recebem encomendas de outras prefeituras. Para trabalharem as mangabeiras receberam cursos ministrados pelos instrutores do Sebrae, que ofereceram ao grupo conhecimentos e técnicas do manuseio à comercialização dos alimentos para aumentar a produção e qualidade e atendimento. Os produtos também são vendidos em eventos realizados no estado de Sergipe.

**Figura 4: Produção de bolos, balas e biscoitos**



Fonte: Trabalho de campo, 2017

**Figura 5: Produção de Licores**



Fonte: Trabalho de campo, 2017

A renda obtida na produção têm modificado as condições de vida visto que, elas passaram a fazer melhorias em suas casas em reformas, realizando compras de eletrodomésticos, investido na compra de remédios e saúde em geral, viagens com a família e compras de produtos para a casa da mangaba.

**Figura 6: Maquinários da Produção**

Despulpadora



Fonte: Trabalho de campo, 2017

**Figura 7: Batedeira Industrial**



Fonte: Trabalho de campo, 2017

**Arquivos: Handresha Rocha**

## **Resultados e discussões**

Diante das discussões apontadas, apresenta-se qualitativamente algumas informações sobre a implantação da Casa da Mangaba, a fim de elucidar a importância das cooperativas como meio de promoção para melhoria da qualidade de vida dos habitantes no meio rural.

Para tanto, se fez necessário analisar referenciais teóricos e realizar pesquisa de campo que permitiram descrever alguns aspectos pertinentes, levando-se em consideração o cotidiano dos habitantes do povoado Porteirias. Além de entrevistas semiestruturadas, observações, depoimentos, acompanhando o dia a dia da comunidade como também dialogando e integrando no espaço social.

Diante da aplicação dos 20 questionários e das 15 entrevistas, foram analisados de acordo com amostra aleatória constatando-se a participação positiva e ativa de 85% da população no trabalho associativista, excluindo desse montante as crianças e os idosos que ajudam em algumas tarefas diárias sem expressivamente colaborarem nas colheitas ou na agroindústria. A partir dessa constatação é possível afirmar que existe um forte sentimento de



pertencimento e identidade entrelaçados nas raízes culturais da localidade que busca coletivamente melhoria nas condições de vida.

O cooperativismo busca unir as mulheres em prol de objetivos comuns, gerando uma economia de alcance a nível local e regional proporcionando condições de produção e comercialização melhores e favoráveis à inserção nos mercados. Permitindo adequadas formas de integração, favorecendo o desenvolvimento no campo. Um outro detalhe importante verificado é em relação a constituição da renda, pois a pequena agroindústria tem auxiliado no complemento da renda e não é a renda principal das mulheres, sua renda advém da produção de artesanatos, venda direta da mangaba em feiras e livres e em terceiro lugar a renda relacionada aos subprodutos da casa da mangaba. Visto que só produzem quando há pedidos, e o lucro médio mensal corresponde de R\$ 500 á R\$ 2000 reais.

### **Considerações finais**

É pertinente afirmar que a principal característica das cooperativas e associações é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais. Dessa forma, a estas atuam como um meio de promoção dos interesses de seus membros.

Percebe-se que é viável a constituição de associações e cooperativas, como forma de gestão das pessoas. É possível melhorar as condições de vida por meio do aumento da renda, quando as pessoas se organizam de forma cooperada. Os esforços em conjunto criam desafios e despertam o interesse para uma gestão participativa.

Por tanto, a aplicação das cooperativas e associações elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo e iniciativas privadas, assegurando o discurso de melhoria socioeconômica promovendo a permanência dos produtores nas regiões rurais para garantir sua sobrevivência no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011

BRASIL/FNDE, 2011. <http://www.fnde.gov.br/...do.../2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental> acessado em junho de 2016

GRISA, Catia. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In: CONGRESSO DA SOBER, 47. Anais... Porto Alegre. 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Aracaju.2007

MOTA, Dalva Maria da. **As Catadoras de Mangaba: problemas e reivindicações** et al. Belém PA Embrapa Amazônia Oriental,2007

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et.al **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida.** Aracaju:Embrapa Tabuleiros Costeiros, 20015 (ISSN 1678-1953;192)

SCHNEIDER Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Sociologias. Porto Alegre ano 6, n.11, p 88-125, jan./jun.2010

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

PLOEG, J.D.V.D **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização;** Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.372,2008

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre:ano08, nº16, jul/dez,2006, p.20-45.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em fevereiro de 2014

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas;** Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local ((sob o ângulo do Estado)** [http:// www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_atr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_atr_pp_papel.pdf) 2002

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. 2001 Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2